

Devolver a Voz às IPSS.

Movimento pré-eleitoral de Tiago Abalroado

Sete prioridades para construir o
futuro da CNIS.

A voz das IPSS.

MENSAGEM DE TIAGO ABALROADO

As IPSS nascem da vontade das pessoas de responder às necessidades das suas comunidades.

A solidariedade surge do contacto entre pessoas dentro de uma IPSS, na proximidade, na iniciativa e no compromisso de dirigentes, trabalhadores e voluntários que, todos os dias, fazem da comunidade uma família alargada.

E a humanidade afirma-se com esta prática, fazendo de Portugal um lugar único no mundo, um exemplo do que deve ser uma sociedade unida, capaz de construir um futuro melhor.

O país tem de voltar a reconhecer que é através da existência de IPSS que, nascendo, surgiu a solidariedade, permitindo a melhor afirmação de humanidade que podíamos ter. Em Portugal, exemplo para o mundo.

O que nos move nesta futura candidatura é a convicção de que tudo isto está em causa e que o preço a pagar é mais alto do que se reconhece: uma crise de humanidade. E logo quando o mundo mais precisava deste nosso exemplo.

Escolhemos sete prioridades para o motivar a participar na construção do nosso futuro programa para uma CNIS renovada a partir de 2027.

Acreditamos que estas prioridades são o pretexto certo para o motivar a fazer uso da palavra para partilhar as suas ideias e soluções sobre o futuro da nossa CNIS.

A CNIS é sua e de todas as IPSS.

Para isso é preciso que se façam novamente ouvir.

Só assim faremos aquilo a que nos propomos:

Devolver a voz às IPSS.

Tiago Abalroado

O que nos move.

Sete prioridades para construir o programa com as IPSS.

1	Afirmar a Autonomia	4
----------	----------------------------	----------

2	Valorizar as Equipas	5
----------	-----------------------------	----------

3	Defender os Dirigentes	6
----------	-------------------------------	----------

4	Reforçar as Uniões	7
----------	---------------------------	----------

5	Recuperar o Financiamento	8
----------	----------------------------------	----------

6	Curar a Cooperação	9
----------	---------------------------	----------

7	Simplificar a Lei	10
----------	--------------------------	-----------

1

Afirmar a Autonomia

O que vemos

Modelos de resposta e organização impostos a todas as Instituições, que impedem a margem para a adequação e personalização, sem atender à realidade de cada organização, grupo e pessoa.

Perda de missão nas IPSS e do seu papel como laboratórios sociais, dificultando que se identifiquem novas necessidades e respostas.

O que queremos

Autonomia e margem para inovação sem confusão ou sanção. Seja individualmente, com cada beneficiário, seja em geral, com novos modelos de resposta.

Regresso a referenciais e não padrões fixos. Abaixo do referencial, fiscalização sem presunção de falta de qualidade. Acima, só se fiscaliza em caso de indício de práticas ilícitas com consequências sobre beneficiários ou Instituição.

O que faremos

1. Identificaremos, com as IPSS e as suas Uniões, as regras e práticas administrativas que restringem injustificadamente a sua capacidade de decisão.
2. Garantiremos orientações para todas as IPSS, atempadas, claras e práticas.
3. Dotaremos as Uniões de capacidade de apoio de proximidade permanente.
4. Apresentaremos propostas de revisão, com prioridades e resultados a acompanhar, fiscalizando o progresso e partilhando, com todas as IPSS, as respetivas conclusões.
5. Usaremos a mobilização coletiva para apresentação de iniciativas legislativas de cidadãos, por petição, onde o Estado falhe em legislar para garantir maior liberdade na organização das respostas e condições para experimentar soluções novas.
6. Faremos da diplomacia e da cooperação o instrumento privilegiado, mas estamos preparados para exigir que a Constituição e a Lei sejam cumpridas, seja com recurso a mobilização coletiva, seja com recurso a Tribunais.

2

Valorizar as Equipas

O que vemos

Equipas sobrecarregadas com dúvidas e tarefas administrativas. Direções técnicas responsabilizadas por tudo, sem meios nem apoio para responder. A dedicação mantém muitas respostas a funcionar. Mas a dedicação também se esgota.

O que queremos

Trabalhar numa IPSS como escolha com missão e com futuro. Que a missão seja motivo para ficar, acompanhada de condições que permitam fazê-lo.

O que faremos

1. Apresentaremos uma proposta de revisão das carreiras que reconheça qualificações, experiência e responsabilidade, exigindo que a valorização salarial seja acompanhada do correspondente reforço das participações do Estado (v. P5).
2. Criaremos o “Espaço das Equipas” nas Uniões, com apoio técnico permanente e contacto direto com a CNIS.
3. Lançaremos a “Iniciativa – Um Setor que se apoia”: uma rede coordenada e financiada pela CNIS, com oferta de soluções de IPSS para IPSS nas áreas do bem-estar profissional, saúde mental e prevenção de riscos psicossociais.
4. Disponibilizaremos às IPSS ferramentas de organização do trabalho e prevenção do desgaste profissional, com modelos práticos de distribuição de funções e responsabilidades.
5. Criaremos um programa de acolhimento e transmissão da missão, com ferramentas para cada Instituição dar a conhecer a sua história, preparar quem chega e assegurar o acompanhamento dos novos trabalhadores por colegas experientes.
6. Lançaremos a Bolsa de Especialistas da CNIS, um programa de mobilidade entre Instituições: mediante acordo com os seus técnicos, as IPSS disponibilizarão horas de apoio especializado a outras IPSS, com custos partilhados entre a Instituição que recebe o apoio e a CNIS.

3

Defender os Dirigentes

O que vemos

Dirigir uma IPSS exige mais do que é razoável. Muito mais.

São fiscalizações que inspecionam cada detalhe, semeando a dúvida na equipa. É o pressuposto de que é suposto saber tudo, fazer tudo e estar em todo o lado a todo o momento. É responsabilidade, sem reconhecimento ou segurança.

O que queremos

Paz na missão de dirigente.

Um cargo que presentes e futuros vejam como digno de ser ocupado por quem é considerado como tal pela comunidade que fez nascer a Instituição.

O que faremos

1. Criaremos o “Espaço do Dirigente”, balcões de apoio nas Uniões, com ferramentas, apoio técnico e instrumentos de capacitação e informação, bem como canal de participação e contacto direto com a CNIS.
2. Porque Assembleias mais fortes, fazem Direções mais fortes, criaremos o “Dia do Associado”, para celebrar aqueles que se prestam a contribuir para o órgão mais importante das Instituições, com atividades e projetos, garantindo ainda divulgação de recursos que permitam decidir melhor e com mais apoio.
3. Criaremos orientações sobre como limitação de responsabilidade à Instituição, que aborde procedimentos de informação e decisão conjunta, garantindo que mais nenhum dirigente terá de escolher entre decidir bem ou decidir seguro.
4. Exigiremos a revogação de todas as regras que limitam, condicionam e punem, sem princípio ou razão suficiente, os órgãos de administração – regras como limites de mandatos ou representação por direções técnicas em acompanhamentos.
5. Para os que exercem a atividade em regime de voluntariado, exigiremos — e lançaremos instrumentos que ofereçam — cobertura jurídica a todos os dirigentes enquanto cargos abrangidos pelo regime do voluntariado e respetiva amplitude na proteção e benefícios associados à atividade de voluntariado.

4

Reforçar as Uniões

O que vemos

Uniões com conhecimento do terreno, mas, na sua maioria, sem meios para atuar junto das Instituições.

O mesmo, junto da CNIS, sem qualquer participação real nas decisões e na capacidade de intervenção da Confederação.

Reforçar a voz das Uniões é reforçar a voz das Instituições, no canal que lhe é mais próximo.

O que queremos

Uniões capazes de apoiar as suas associadas e com voz efetiva na orientação da CNIS.

Instituições que saibam como participar, como apresentar uma proposta e que resposta receberam.

Queremos que a diversidade dos territórios e das respostas sociais tenha expressão nas posições assumidas pela Confederação.

O que faremos

1. Salvo nos raros casos em que, pela dimensão, as Uniões consigam garantir o pagamento de uma equipa própria, faremos transferência mensal de valor fixo a cada União para garantir essa equipa a tempo inteiro.
2. As Uniões passarão a ser a sede de dois balcões dirigidos a dois níveis essenciais de todas as Instituições, com meios garantidos pela CNIS: os dirigentes; as equipas técnicas.
3. As Uniões passarão a contar com centros de recursos próprios, com acesso reservado às suas associadas, contendo canal de contacto e denúncias, documentos e arquivo de informações relevantes.
4. Apresentaremos uma proposta de revisão dos Estatutos da CNIS que reforce a participação das Uniões na definição das prioridades, das posições e da estratégia nacional.
5. Criaremos mecanismos regulares de consulta, resposta e prestação de contas.
6. Proporemos uma distribuição de meios que reforce a capacidade das Uniões para apoiar as instituições, com critérios transparentes e responsabilidades definidas.

5

Recuperar o Financiamento

O que vemos

Uma comparticipação que deixou de ser apoio, para se tornar um preço assente em regras leoninas, em que quem paga tem a última decisão sobre quando se devolve.

Instituições que vivem sem qualquer margem, sem capacidade de inovar ou assumir o risco de um novo projeto. Um setor que cristaliza num padrão errado criado pelo Estado e, mesmo quando cumpre, porque o Estado entendeu utilizar outro dicionário, são obrigadas a devolver o que não têm.

O que queremos

Que a comparticipação volte a ser um preço justo, não apenas pelos utentes, mas pela colaboração prestada na informação que é dada ao Estado, na colaboração para identificar novas necessidades e desenvolver novas respostas.

Numa frase: margem para adequar serviços e para inovar na resposta, para atividades de apoio ao Estado (informação) e segurança financeira.

O que faremos

1. Construiremos, com as instituições, uma base de custos das respostas sociais e do trabalho humano envolvido em prestação de informação e inovação social que permita dizer que o Estado, de facto, apoia a atividade das IPSS (uma IPSS não se confunde com a resposta que desenvolve; é muito mais do que isso).
2. Exigiremos o fim do princípio da proibição do retrocesso, como critério legal obrigatório, em matéria de montantes de comparticipação, indexado à inflação e custos implícitos (como subida do salário médio no setor, através de dados que a Segurança Social já tem).
3. Faremos uso de mecanismos legais e judiciais existentes, para garantir que a negociação com o setor, com as nossas associadas, é tratada com a força que exige.

6

Curar a Cooperação

O que vemos

Transferência de dinheiro, mensalmente, sem qualquer relação clara de colaboração no desenvolvimento de políticas públicas sociais.

Aplicação de coimas e interrupção de atividade normal por fiscalização, sem qualquer assunção de responsabilidades pelo Estado, transferindo tudo para a Instituição.

O que queremos

O fim da falta de confiança, da insegurança jurídica do princípio da desconfiança e de um setor que, devendo ser dinâmico, está cada vez mais quieto e calado.

Que se volte a reconhecer nas IPSS o que estas são: um instrumento único de evolução social.

O que faremos

1. Criaremos um Grupo de Trabalho permanente, com elementos de outras áreas da sociedade civil, capaz de interagir e influenciar o pensamento político e legislativo naquelas duas áreas.
2. Exigiremos o fim da demissão de responsabilidade pelo Estado:
 - a. Reintrodução de duas formas de fiscalização: inspeções, como averiguação global do funcionamento e práticas, calendarizadas, através de despacho público; fiscalizações como meio de investigação de denúncias credíveis, mas limitadas ao objeto dessas denúncias (salvo indícios claros adicionais).
 - b. Criaremos e proporemos ao Governo que aprove um manual de orientações para os inspetores da Segurança Social, garantindo que existem procedimentos claros e distinção entre inspeções e fiscalizações.
 - c. Exigiremos o fim das coimas em infrações relacionadas com requisitos de organização e funcionamento que não digam respeito, direta e expressamente, a atos prejudiciais aos direitos dos utentes e da Instituição, como instrumento de devolução disfarçado de irregularidade.
3. Institucionalização clara da figura do Provedor da Autonomia como contrapoder ao Estado, na sua vertente de fiscalização e regulamentação excessivas.

7

Simplificar a Lei

O que vemos

Informação que tem de ser entregue várias vezes. Obrigações dispersas por diferentes diplomas.

Procedimentos sem prazos claros e interpretações contraditórias que deixam Segurança Social, Instituições, dirigentes e equipas sem saber como agir.

Esta complexidade tem um custo: retira tempo ao acompanhamento das pessoas, exige recursos e torna mais difícil cumprir bem.

O que queremos

Regras que as instituições consigam conhecer, compreender e cumprir, sem tirar vários cursos para lá chegar (e mesmo assim sem certezas).

Sobretudo sem converter o custo de boas leis e portarias em custos, em apoio jurídico e tempo de equipas para resolver, através da interpretação, o que devia ter sido resolvido à partida com boa legislação.

O que faremos

1. Elaboraremos e proporemos ao país o Código das IPSS, construído com as IPSS e as Uniões, que reúna, organize e simplifique as regras da relação entre o Estado e as instituições; um código que obedeça aos princípios de legística cuja ausência tem gerado os maiores problemas: consolidação dos princípios já legalmente previstos e que são violados por desatenção de quem regulamenta; letra clara e fim de conceitos indeterminados; organização simples e sequencial; opção por referencial em detrimento de padrão; revogação de todos os atos legislativos que se encontram dispersos.
2. Identificaremos as obrigações a eliminar ou simplificar e proporemos prazos claros para os procedimentos e decisões.
3. Denunciaremos, por escrito e de forma pública, todas as anomalias ou erros de conceção das plataformas do Estado, exigindo a sua correção e fazendo prova de anomalia e erros de serviço, para efeitos de prova em processo administrativo.

Obrigado por ter lido.

Agora é a sua vez de falar.

Estas sete prioridades são partilhadas consigo para que se possa pronunciar sobre cada uma.

Este é apenas um referencial que permite que nos alcance, fale connosco e partilhe:

O que pensa sobre o que está a ver pelos seus olhos, o que gostaria de ver na realidade da sua Instituição e o que exige que façamos para que se passe do primeiro, para o segundo.

Não lideraremos a CNIS com um manifesto escrito por nós.

Lideraremos a CNIS com um programa construído a partir da voz das Instituições.

Aceitamos a responsabilidade de carregar a sua voz.

Voltaremos a unir as mãos para acender, em conjunto e união, a chama da solidariedade.

Que depois de reacendida, nunca mais se apague.

Pelo movimento que se propõe a trazer o futuro da CNIS,

Tiago Abalroado

Este é só o nosso manifesto.

Não podíamos liderar a CNIS com um programa escrito por nós.



**Lideraremos a CNIS com
a voz das Instituições.**

USE A SUA VOZ:

contacto@vozdevolta.pt

www.vozdevolta.pt

Movimento pré-eleitoral de Tiago Abalroado

MANIFESTO PRÉ-ELEITORAL

ELEIÇÕES CNIS 2027